



## **OS IMPACTOS DO GOLPE DE 2016 NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO APARECIDA SEGURA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA – SP**

Luciano Botelho Lima <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Análise territorial do Assentamento Aparecida Segura localizado no município de Orlandia, interior do Estado de São Paulo, na perspectiva das transformações da realidade em detrimento da crise política institucional causada pelo Golpe – jurídico – midiático – parlamentar de 2016, refletindo sobre a relação das mudanças políticas institucionais e seus efeitos no desenvolvimento deste território, sobretudo no que concerne a implementação de políticas públicas de reforma agrária. Destarte, poder à partir da formação histórica da luta pela conquista do território e da organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, apresentar as dimensões que representam a resistência, face ao retrocesso do Governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Território, Golpe de 2016, Desenvolvimento , Resistência

### **RESUMEN**

Análisis territorial del Asentamiento Aparecida Segura ubicado en el municipio de Orlandia, en el interior del estado de São Paulo, desde la perspectiva de las transformaciones de la realidad como resultado de la crisis política institucional provocada por el golpe jurídico/mediático/parlamentario de 2016, reflexionando sobre la relación entre los cambios políticos institucionales y sus efectos en el desarrollo de este territorio, especialmente en lo que respecta a la implementación de políticas públicas de reforma agraria. A partir de los antecedentes históricos de la lucha por la conquista del territorio y de la organicidad del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), podemos presentar las dimensiones que representan la resistencia, ante el retroceso del Gobierno de Bolsonaro.

Palabras-clave: Territorio, Golpe de Estado 2016, Desarrollo, Resistencia

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - Campus de São Paulo, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, [luciano.botelho@unesp.br](mailto:luciano.botelho@unesp.br)



## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho se dedica a analisar os impactos das mudanças políticas institucionais no território de assentamento Aparecida Segura, localizado no município de Orlândia, interior do Estado de São Paulo, traçando um paralelo entre o processo de desenvolvimento territorial com as mudanças políticas na estrutura do Estado, tendo como destaque o Golpe jurídico – midiático – parlamentar de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, que causou diversos impactos em relação às políticas públicas de reforma agrária.

A presente análise possibilita a partir do determinado território, poder compreender este como indissociável das relações que determinam as políticas públicas, e que a ruptura do processo democrático também pode representar a ruptura no processo de desenvolvimento territorial.

Contudo, o texto propõe o debate para entender o golpe de 2016 não como uma cisão da forma de desenvolvimento da reforma agrária, e sim como uma transição entre um processo político maculado de contradições à ascensão de projeto político de retrocesso, ou seja, mesmo antes do golpe já existia uma contrarreforma resultado das disputas internas no bojo das políticas públicas, persistente em favorecer mais o capitalismo agrário em comparação com as necessidades que envolvem a questão agrária, que configurava uma contradição no processo à contra gosto dos objetivos governamentais, mas que não chegou a ser um projeto político de retrocesso, como se evidenciou no pós golpe, aonde à partir do Governo Bolsonaro já não se pode nem falar em disputas, e sim na hegemonia de um projeto de paralização da reforma agrária e de controle total do agronegócio.

Neste contexto, compreender a realidade precária do território para a reflexão sobre a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território em relação aos efeitos políticos no seu desenvolvimento, em detrimento do processo de resistência camponesa e da organicidade do MST que auxiliam na sobrevivência do assentamento.

## **METODOLOGIA**

Ao analisar os efeitos das transformações institucionais e políticas no âmbito do Estado, o principal método que foi utilizado é o do debate paradigmático, entre questão agrária e capitalismo agrário traçando uma percepção epistemológica dos efeitos das

disputas do poder político, em face de uma ruptura política-institucional entremeio ao recorte temporal de desenvolvimento do território de estudo e de como essa contradição de paradigmas refletem na realidade do território.

Para mensurar a realidade e o processo histórico foram realizadas entrevistas com algumas dirigentes do MST e do Assentamento, além de poder de forma empírica contribuir para expressar as territorialidades e o processo de desenvolvimento do assentamento, levando em consideração toda a militância de trabalho deste autor desde à ocupação da área.

Portanto a metodologia de análise do território segue a premissa do debate paradigmático na compreensão dos processos territoriais, mas também se utiliza da metodologia militante, que possibilita o compartilhamento de vivências da luta no território.

## **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO**

Em uma área da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), permeando o entroncamento entre ferrovia e a Rodovia Altino Arantes, no município de Orlândia, foi construído um processo de luta pela terra por mais de 30 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocuparam à área em meados de 2007.

Para além de estabelecer um processo de reforma agrária na área, a ocupação teve uma grande importância para denunciar o uso irracional por um posseiro, que vendia terra ao tempo que despejava entulho sobre grande parte de onde hoje está o assentamento.

Desde 2007, o acampamento já demonstrava um enorme potencial produtivo, participando inclusive do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB na modalidade Doação Simultânea, por meio da Associação de Produtores Rurais Dorcelina Foladora (APRODF), como explica em entrevista, Neusa Paviato Botelho Lima, Dirigente do MST que ajudou na construção do assentamento. “ O acampamento Aparecida Segura, foi um acampamento extremamente produtivo quando tínhamos o PAA, inclusive foi criado um documento que possibilitou a participação dos acampados, já que não tinham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que foi a DAPA, uma Declaração criada para acampados poderem entregar a produção, o que foi fundamental para que todas as 34 famílias pudessem gerar renda da agricultura, antes mesmo da homologação pelo INCRA”. (Lima, 2021).



Nesse contexto de produção baseado em uma agricultura rudimentar, aonde a água para irrigação era trazida pelos caminhões pipas da prefeitura de Orlandia, os acampados oriundos em sua maioria da região de Franca – SP, que tinham pouco contato com a agricultura ou que já estavam afastados há tempos da mesma, se estabeleceram na área como camponeses, garantindo o auto sustento e acessando desde aquela época uma política pública de abastecimento, que em regra se restringia a assentados formalizados com DAP.

Estabelecida a ocupação do espaço de forma produtiva, e produzindo um espaço de trocas de experiências e de fortalecimento dos processos de desenvolvimento por meio da agricultura, o acampamento já passava a estabelecer a essência de sua territorialidade, mas ainda persistia o processo de disputa com o posseiro que degradara a área, resolvida em 17 de novembro de 2009, quando houve a obtenção da área da Secretária do Patrimônio da União – SPU pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, atingindo à ocupação um status de pré assentamento, já consolidando o território e iniciando o processo de implantação do assentamento.

## **DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: TERRITORIALIDADES EM DISPUTA**

Importante, o destaque especial a este período de transição do acampamento ao assentamento, denominado pelo INCRA como período de pré-assentamento, pois é um lapso de realizações marcadas por algumas contradições na efetivação da política de reforma agrária, que refletem em debilidades estruturais até a conjuntura atual.

Para Almeida (2021) dirigente de assentamento, era um momento fundamental para construção de todos os processos de estruturação, por meio do crédito habitação e da infraestrutura de distribuição de água, como também o acesso aos créditos que dariam auxílio ao início da organização da produção recém-formado assentamento. “Se não fosse a demora do INCRA, já era pra gente ter pelo menos nossas casas aqui no assentamento. Mas demorou, e aí aconteceu o golpe e de lá pra cá a gente não teve mais nada. (Almeida, 2021)

Mas além disso, para ambas as dirigentes do MST, o processo de homologação das famílias realizado pelo INCRA, não acatou a proposta de “comuna da terra” apresentada pelo Movimento para construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS no sentido de poder assentar todas as 34 famílias acampadas, tornando



o processo de “mesa de seleção” um processo excludente, pois segundo o INCRA não poderiam ser assentadas na área mais do que 14 famílias, com parcelamento mínimo de 3 hectares para cada uma. Portanto, de maneira totalmente arbitrária, o INCRA excluiu do projeto de assentamento 20 famílias, por não querer desenvolver um projeto de desenvolvimento sustentável, alegando não ser viável, pois foi pedido “ao INCRA para implantar o PDS como foi feito no Mario Lago, com lotes de 1,5 ha, assim seria possível assentar quase todos os acampados, mas a vice chefia do INCRA na época não aceitou, dizendo ser um projeto muito difícil de desenvolver, criando um impasse interno no INCRA, entre fazer um PDS ou um PA - Projeto de Assentamento, prevalecendo o PA aonde o mínimo é 3 ha. Isso excluiu várias famílias boas que estavam produzindo na terra” (Lima, 2021).

Esse impasse interno no INCRA levou a uma enorme demora na concretização do processo de efetivação do assentamento, refletindo na homologação das famílias tardia que se concretizou somente no ano de 2013, ou seja, 04 (quatro) anos após a obtenção da área pelo INCRA.

Em 2013, oficialmente as famílias passam a ser homologadas e estabelecerem em seus respectivos lotes, dividindo -se em quatro áreas em torno do entroncamento ferrovia e rodovia, com exceção de um lote à 6,84 km da sede do assentamento.

Essa divisão necessária em áreas, apresenta características físicas distintas dentro do mesmo território, ou seja, por mais que exista um único território com certas características em comum, cada área apresenta elementos específicos que distingue uma da outra.

Neste sentido, temos a definição das áreas pelos próprios assentados, em 1,2,3 e 4, sendo que cada qual apresenta sua territorialidade, que expressa a multidimensionalidade do território, expressos a seguir:

- Área 1: onde encontra-se a sede do assentamento e a concentração da maioria das famílias assentadas, totalizando 07 (sete) dos quatorze lotes, numerados entre 06 e 13, sendo a área mais atingida pelo processo de degradação causado pelo posseiro, prejudicando totalmente o relevo pela retirada de terra, que tornou-se irregular causando diversas erosões nos lotes e na estrada, além de comprometer a agricultura em pelo menos dois lotes devido à quantidade de entulho que foi despejado no local. Sendo a área com menos vegetação arbórea do assentamento e com maior dificuldade em relação à qualidade do solo. Ainda assim, é a área



onde se encontram as únicas estruturas de alvenaria, remanescentes da invasão do posseiro, que servem à organização administrativa da Associação sediada no assentamento.

- Área 2: localizada na outra extremidade da ferrovia e rodovia, é uma área com vegetação nativa, onde foi o primeiro local de estabelecimento do acampamento, com altos índices de fertilidade no solo, dada a cobertura vegetal oriunda das árvores que já existiam no local, sendo o melhor local para plantio do assentamento, comportando 04 (quatro) lotes, numerados de 01 à 04, e que fazem divisa com a Reserva Legal do Assentamento.

- Área 3: a principal característica desta área é que já existia uma família instalada no local há mais de 15 anos antes do início da luta do MST pela terra, se juntando às outras famílias, o que possibilitou a regularização de seu pequeno sítio como lote de reforma agrária, sendo o único assentado nesta área, com o lote de numeração 05;

- Área 4: Considerado um equívoco pela direção do MST, nesta área foi delimitada a existência de um lote (lote 14), que está afastado mais de 6 km dos outros lotes do assentamento, o que prejudicou totalmente a família a qual foi destinada a parcela, que até o momento não consegue a ligação de energia elétrica, pois está muito afastada da rede e isolada em meio a fazendas de plantio de Cana de Açúcar, prejudicando a vida desta família no local, e afastando-a dos processos de organização coletiva da comunidade.

Contudo, a característica principal que reúne as quatro áreas se traduz na identidade de luta construída em torno do MST, visto que se mantém a mesma organicidade, que ampara o processo de resistência camponesa frente as condições de debilidade social que vivencia este assentamento, que sofre as mais variadas consequências das mudanças institucionais, que influenciam a realidade do território.

## **DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS POLITICAS PUBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO FACE AO GOLPE DE 2016**

O assentamento Aparecida Segura, foi oficialmente denominado pelo INCRA como PA Orlândia, sendo outro equívoco desta autarquia, que “menosprezou a identidade criada pelo MST ao território, em homenagem a uma grande companheira da luta dos



trabalhadores em Sumaré” (Lima, 2021), que se soma as diversas contradições de um período conturbado do cenário político nacional, quando se iniciaria oficialmente a implementação das diversas políticas públicas de consolidação do projeto de assentamento.

Partindo da premissa, de que o território é constituído de uma multidimensionalidade e uma multiescalaridade, passamos a compreender que “uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional” (Fernandes, 2008), e os efeitos das mudanças políticas sujeitas as disputas de poder no Estado, refletem em consequências para o território de assentamento, principalmente por estar relacionado à governança no que implica a aplicação de políticas públicas.

Nesse contexto, importante entender que o processo de construção do assentamento Aparecida Segura ou PA Orlândia, se encontra no meio das consequências das mais severas modificações das estruturas institucionais do País, que culminaram no golpe jurídico -midiático – parlamentar (Alentejano, 2020).

Contudo, é importante entender que o golpe trouxe consequências diretas no processo de territorialização da política pública de reforma agrária no referido território, evidenciada na realidade pós golpe, porém fugindo de proselitismos, é necessário entender que a fragilização do processo de construção deste território está ligado à contradições anteriores ao golpe, pois no acirramento das disputas pós 2013, foi dado maior atendimento às demandas dos setores do agronegócio, o que sempre existiu, pois “a prioridade estabelecida pelo governo Bolsonaro para o agronegócio como base para o desenvolvimento do campo brasileiro aprofunda tendências que vinham se delineando desde o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), atravessaram os governos petistas de Luís Inácio da Silva (Lula) e Dilma Rousseff e desaguaram no governo Michel Temer. Neste sentido, mais do que ruptura temos continuidade” (Alentejano, 2020). Contudo, a ruptura do processo democrático nos trouxe maiores prejuízos mesmo que se debruce nas contradições anteriores, que mais se traduz em equívocos do que a consumação de um projeto político, como ficou evidente no pós-golpe.

Para analisar os efeitos do golpe de 2016, deve-se compreender que mesmo que o assentamento foi criado em 2009, este só foi oficializado em janeiro de 2013 com a homologação das famílias. E, mesmo com a homologação ainda eram necessários



processos de estruturação, como a delimitação dos lotes e a ligação de energia elétrica nos mesmos, que só ocorreu em 2015, ou seja, mesmo com a homologação as famílias ainda tiveram que aguardar quase 02 anos para ter energia elétrica e para passar a ocupar a parcela destinada, como explica Lima (2021): “Mesmo homologando as famílias em 2013, o INCRA demorou mais de 01 ano para assentar de fato as famílias, e sem isso elas não poderiam acessar o crédito habitação e os fomentos, o que atrasou até mais ou menos 2015 para iniciar as negociações com o INCRA para os projetos”.

Tendo como base o crédito habitação, neste período este deixou de ser de responsabilidade do INCRA, e passou a fazer parte do Programa Minha Casa Minha Vida, criando-se o Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR, ficando sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal. “Em 2015, iniciamos os projetos, com apoio do Engenheiro, juntamos toda a documentação, e mandamos para Caixa. Mas assim que tiraram a Dilma os projetos pararam e não conseguimos até hoje construir nossas casas” (Almeida, 2021).

Atualmente, a maioria das famílias assentadas vivem em barracos improvisados de madeira, pois logo após a organização dos lotes, iniciaram as tratativas junto à Caixa Econômica Federal, para a construção das moradias por meio do PNHR- Faixa I, fazendo todos os projetos técnicos e providenciando toda a documentação necessária, estando prestes à destinação de recurso para iniciar as construções, sendo interrompido este processo logo após o golpe de 2016, o que frustrou o processo e manteve as famílias em situação de precariedade em relação as suas respectivas moradias. “Nós do MST e assentamentos de Reforma Agrária não tivemos nenhum contrato de moradia após o golpe. Nem mesmo no Programa Minha Casa Minha Vida, não tivemos mais contratos depois que Michel Temer assumiu a presidência” (Vieira in MST, 2021).

As políticas públicas que tiveram impacto no desenvolvimento do território, foram o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da CONAB e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER contratados pelo INCRA na Chamada Pública de 2012.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, na sua modalidade Doação Simultânea, permitiu o mínimo necessário de geração de renda para as famílias, existindo como política pública no território desde a ocupação em 2007, em que foi criada a DAPA, até depois de 2013 em que foram possíveis as emissões de DAP's.

No entanto, em 2014/2015 o programa sofreu um drástico corte de orçamento e uma reformulação das normas, que prejudicou diretamente a renda das famílias, inclusive

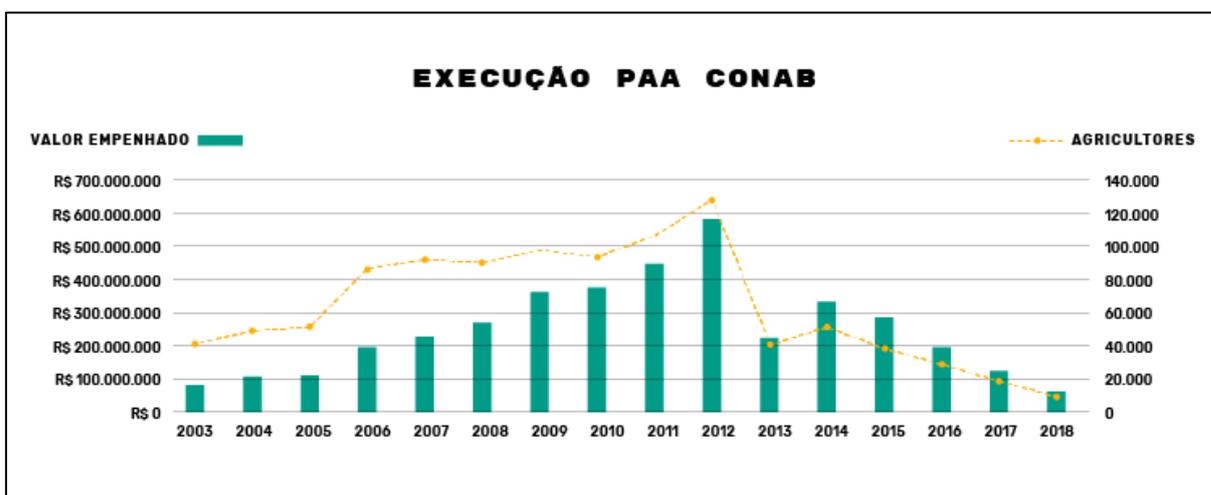


levou a extinção da Associação dos Produtores do Aparecida Segura (APAS), organização aonde todas as famílias estavam associadas.

Essas mudanças no PAA, foram reflexos das disputas citadas alhures, sobre os cortes de orçamento e das mudanças nas normas da CONAB. Em parte, pela instabilidade gerada no Programa a partir das ações, oriundas da esfera policial e judicial, ocorridas a partir de 2013, somadas a isto, as medidas administrativas e legais adotadas por orientação do Grupo Gestor do PAA, entre o final de 2013 e 2014. Esse processo gerou a implementação de uma série de mudanças normativas, exclusivamente no âmbito das operações coordenadas pela Conab, com consequências bastante diversas para as organizações sociais. Tanto para as organizações fornecedoras, quanto para as que recebem os alimentos (consumidoras). Assim como na queda da diversidade de produtos comercializados e consumidos no âmbito do PAA, (Porto, 2016).

Importante destacar, que mesmo após as mudanças normativas no âmbito da CONAB, o orçamento destinado a aquisição de alimentos caiu drasticamente após 2014, conforme mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Execução do PAA/ CONAB no decorrer dos anos



**Fonte:** Brasil de Fato. 2020

Contudo, mesmo diante da diminuição de recursos para o programa de aquisição de alimentos como demonstrado, “foi organizado com os assentados a formação de outra associação, que não servisse só para CONAB, mas para ter uma entidade que pudesse trazer projetos para o assentamento” (Almeida, 2021), o que possibilitou a participação

do PAA em 2017, se destacando na pontuação do ranking de seleção, por ser em sua totalidade composta por mulheres de baixa renda.

O processo político local pode determinar as formações do território e seu desenvolvimento, à exemplo do poder público municipal que disponibilizava água para o acampamento, mas com a mudança da gestão em 2016, a água disponibilizada já não era o suficiente para garantir a irrigação da produção, que teve uma diminuição drástica, o que demonstram impactos de forma multiescalar no desenvolvimento do território.

O efeito da falta de água prejudicou a execução do PAA, chegando ao vencimento do projeto sem alguns camponeses conseguirem atingir o limite individual, e por consequência havendo um grande impacto na renda das famílias. “Conseguimos entrar na CONAB em 2017, mas não tinha água pra plantar e a prefeitura disse que só ia mandar água para beber, que não podia dar água para irrigação, com isso a gente só conseguiu plantar nas águas, referindo-se ao período chuvoso. Alguns conseguiram entregar as cotas, mas a maioria teve dificuldade, já que não tínhamos técnicos para orientar a gente” (Almeida, 2021)

Neste sentido, a Assistência Técnica que atendia o assentamento desde 2013, foi interrompida um mês após o golpe de 2016, o que afetou diretamente a vida produtiva do território, pois a ATER estava auxiliando no planejamento produtivo para viabilizar a participação na Chamada Pública de Merenda Escolar no município de Orlândia, além de atender as mais variadas demandas do assentamento. O cancelamento dos serviços de ATER trouxeram diversos prejuízos, para além das questões produtivas, estava em curso a confecção de contratos para liberação dos créditos iniciais, que poderiam auxiliar o início da estruturação produtiva do território.

Cabe destacar, que o último ato da Assistência Técnica no assentamento em 2016, foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que se traduz num planejamento de ações do INCRA e demais esferas do Poder Público, para garantia do desenvolvimento do território à partir da implementação das políticas públicas necessárias e uteis para garantir a dignidade aos camponeses, além da soberania produtiva e alimentar, por meio da produção agroecológica. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA ganha importância enquanto peça de planejamento, com objetivo de orientar a ação e intervenção públicas, além de sistematizar os anseios dos assentados, organizando pautas e indicando caminhos para o futuro da nova comunidade (IBS, 2016)



O respectivo documento com mais de cem páginas, apresenta um diagnóstico detalhado do território e suas territorialidades, propondo soluções às demandas, para implementação das políticas públicas, porém após o golpe de 2016, o referido documento perdeu totalmente sua eficácia frente aos planos de intervenção do agronegócio que passou a controlar o INCRA.

## **DESAFIOS DO TERRITÓRIO EM FACE DO RETROCESSO DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO**

Do ponto de vista da questão agrária, não resta dúvida de que a violência e o autoritarismo são marcas fundamentais deste governo e a reforma agrária foi totalmente paralisada (Alentejano, 2020), além disso a política do governo atual se dedica a favorecer o capitalismo agrário e os interesses do agronegócio, e da grilagem de terras.

A reforma agrária como política pública do Estado, já vinha de um processo de contradições, ou como prefere Alentejano (2020), “de um processo contínuo de contrarreforma agrária”, já que sempre foram inexpressiva as ações para efetivação da reforma agrária em comparação com as ações direcionadas ao agronegócio, porém à partir do governo Bolsonaro, esta contrarreforma agrária se torna a principal política de Estado, não como processo de disputas e contradições e sim como ação concreta do governo que rompe com qualquer política pública destinada à reforma agrária, de forma expressa e consumada.

A única política empenhada pelo governo Bolsonaro é a titulação da terra, como forma de privatizar os assentamentos, e fazer com que as terras voltem ao agronegócio. “A titulação definitiva dos lotes dos assentamentos foi a forma encontrada pelo agronegócio para recolocar no mercado as terras desapropriadas para fins de reforma agrária ou colocar no mercado terras públicas que foram destinadas à criação de assentamentos rurais” (Alentejano, 2020).

Os efeitos para o território são devastadores, já que com a paralização da reforma agrária e uma política única de titulação dos assentamentos, o Assentamento Aparecida Segura permanece em situação de precariedade, ou como define Lima (2021), “um assentamento que mais parece um acampamento, por causa do abandono do INCRA, que assentou as famílias e não deu o mínimo de dignidade à elas”.

Importante destacar, que mesmo após o golpe de 2016, ainda tinha-se no INCRA alguma abertura para propostas de desenvolvimento de assentamentos, ilustrada pela



perfuração do poço artesiano na Área 1 em 2018, sendo que em parceria com a Prefeitura de Orlândia, foi garantida a instalação de rede adutora para distribuição de água no decorrer de 2020, já que com o governo Bolsonaro não há qualquer planejamento de destinação de recursos para infraestrutura do assentamento.

## **RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO**

“Fui construindo minha casa do jeito que dava, com doação aqui e ali. Primeiro fiz com telhas de Eternit e a estrutura de eucalipto, mas a casa desmoronou. Então decidi com meu marido, que teve que trabalhar fora, para comprar o material aos poucos e o que der pegar de doação, para construir minha casa e garantir a segurança para meus filhos. Vai saber quando essa política vai mudar, já estou cansada de esperar o dinheiro da casa” (Silva, 2021).

Atualmente, dentre as famílias existem poucas expectativas em relação ao governo atual, pois como bem destaca Almeida (2021), “esse governo não vai fazer nada pra gente não. Acha que a gente é terrorista, trata a gente como inimigo. Então, não vou esperar nada, vamos tocando conforme dá, um ajudando o outro e vamos fazendo o que precisar para sobreviver”.

Mesmo diante deste cenário, as famílias mantêm a organização de luta, conseguindo algumas conquistas locais, como a distribuição de água e atendimento social e de saúde para o assentamento, além de alguns estarem aos poucos construindo suas moradias e estruturando a produção, para possibilitar a entrega de alimentos para o novo projeto do PAA que está para ser liberado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao compreender a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território, é possível entender que transformações que parecem distantes da realidade, na verdade influenciam no processo de desenvolvimento territorial, seja na produção do espaço como na territorialização, o qual o assentamento Aparecida Segura, ilustra muito bem, já que o seu desenvolvimento territorial vem sendo afetado diretamente pelas modificações no âmbito da estrutura institucional do Estado.

O elemento de maior cisão política, foi o golpe jurídico-parlamentar – midiático de 2016, contra a Presidenta Dilma Rousseff, que significou para o território uma ruptura na construção do desenvolvimento do assentamento, perdendo o acesso à diversas



políticas públicas para reforma agrária, e padecendo em um processo de precarização e indignificação das famílias que quedaram-se em abandono por parte da política institucional do INCRA que foi tomado de assalto pelo capitalismo agrário, e atualmente com a ascensão da extrema direita e com o governo Bolsonaro, foi instalado um autoritário no INCRA que paralisou a reforma agrária e as políticas de desenvolvimento, objetivando apenas a privatização dos assentamentos à partir da titulação.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **AS POLÍTICAS DO GOVERNO BOLSONARO PARA O CAMPO: a contrarreforma agrária em marcha acelerada.** Revista Anpege: SEÇÃO TEMÁTICA - Geografias do Campo Brasileiro: A questão agrária na conjuntura, Brasil, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

ALMEIDA, Aparecida Donizetti Tomaz de. **Entrevista II.** [mar. 2021]. Entrevistador: Luciano Botelho Lima. Orlandia/SP, 2021. 2 - Arquivo .mp3 (30 min.).

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 2011 (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Marçano. **A política agrária que precisamos.** In: SADER, Emir (org.). O Brasil que queremos. Rio de Janeiro: Uerj, Lpp, 2016. p. 203-216.

FERNANDES, Bernardo Marçano. **Entrando nos territórios do Território.** In Campesinato e Território em disputas. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IBS – Instituto Biosistemico. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Orlandia (Aparecida Segura).** Orlandia-SP: INCRA, 2016.

JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço.** Tradução, 2006.

LIMA, Neusa Paviato Botelho Lima. **Entrevista I.** [mar. 2021]. Entrevistador: Luciano Botelho Lima. Ribeirão Preto/SP, 2021. 1 - Arquivo .mp3 (30 min.).

LIMA, Neusa Paviato Botelho. **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E SEU IMPACTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-PRODUTIVO DE FAMILIAS ASSENTADAS: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL - RESTINGA/SP.** Trabalho de conclusão do curso

(Bacharelado e licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual Paulista " Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Presidente Prudente, 2011.

MAPA (Brasil). INCRA. **Infraestrutura de assentamentos**. In: Infraestrutura de assentamentos. [S. l.], 2020. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/infraestrutura\\_assentamentos](http://www.incra.gov.br/infraestrutura_assentamentos). Acesso em: 14 mar. 2021.

MELITO, Leandro. **No governo Bolsonaro, compras públicas de alimentos viram lenda: programa federal de incentivo à agricultura familiar e combate à fome enfrenta queda de recursos e esvaziamento político**. Brasil de Fato. Brasil, p. 0-0. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/28/no-governo-bolsonaro-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PORTO, S. I. **A agroecologia e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Carta Maior, 14/06/2016. p.1-10. Disponível em: Acesso em: Acesso em: 13 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGRERA, Francisco Lopez. **América Latina: crisis del pos neoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SILVA, Ana Carla da Silva. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Luciano Botelho Lima. Orlândia/SP, 2021. 3 - Arquivo .mp3 (30 min.).

SILVA, Jorge Henrique Morais da; ALY JUNIOR, Osvaldo. **A ATER (ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) NOS ASSENTAMENTOS FEDERAIS: UMA LEITURA SOBRE OS SERVIÇOS DO INCRA-SP**. VIII SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS: TERRA, TRABALHO E LUTAS NO SÉCULO XXI: PROJETOS EM DISPUTA, Araraquara-SP, 06 a 08 de junho 2018. Anais, Sessão 7 B.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Marçano; PEREIRA, Danilo Valentin; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de; IZÁ, Lorena; SILVA, Francisco Antônio. **O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo**. Boletim DATALUTA número 122, fevereiro de 2018. [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_2\\_2018.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2018.pdf). Acesso em 12 mar. 2021.

TEIXEIRA, E.C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Revista AATR-BA. 2002.

VIEIRA, Daniel [entrevista concedida à] ENGELMANN, Solange. Da página do MST (Brasil). **Novo programa habitacional do governo não tem preocupação com moradia rural**. 2021. Entrevista com. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/25/novo-programa-habitacional-do-governo-nao-tem-preocupacao-com-moradia-rural/>. Acesso em 13 mar. 2021.